

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.239 - PR (2019/0260805-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **FATIMA CHRISTINA PINHEIRO**
AGRAVANTE : **HERONDINA DE OLIVEIRA CARNEIRO**
AGRAVANTE : **ISABEL DE FATIMA RODRIGUES CRUZ**
AGRAVANTE : **MARILENE DE LIMA**
AGRAVANTE : **MARIA DENILZA BARBOSA**
AGRAVANTE : **MARILENE DE FATIMA ALMEIDA**
AGRAVANTE : **MARIA TEREZINHA CARNEIRO BUENO**
ADVOGADO : **GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK E OUTRO(S) - PR025334**
AGRAVADO : **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO - PR056355**
 MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748
 LEONARDO LEAL BEZERRA CAVALCANTI - PE025815

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO – VÍCIOS CONSTRUTIVOS – PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL – AVARIAS DE PEQUENA MONTA – AUSÊNCIA DE RISCO DE DESMORONAMENTO – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – SENTENÇA MANTIDA – HONORÁRIOS RECURSAIS MAJORADOS.
RECURSO NÃO PROVIDO.

Nas razões de recurso especial, alegam as partes ora agravantes violação dos arts. 51, I e IV e § 1º, II, do Código de Defesa do Consumidor; 371 do do Código de Processo Civil. Afirmam que "os vícios constatados são abrangidos pela apólice e podem evoluir se não sanados tempestivamente" (fl. 1.312). Argumentam que "Os fatos respeitantes aos vícios construtivos estão amplamente demonstrados e não demandam nova análise" (fl. 1.312).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Com efeito, constato que o Tribunal local afastou a responsabilidade

contratual da seguradora, sendo a indenização indevida, pois não existia cobertura securitária para a hipótese de vícios construtivos, no caso, deixando consignado o seguinte (e-STJ, fls. 1.284-1.285):

Com efeito, não há como se extrair do laudo pericial, sobretudo de suas considerações finais, as quais consubstanciam todo o trabalho realizado pelo *expert*, que haja risco de desmoronamento dos imóveis dos apelantes, uma vez que esse arrematou suas conclusões em sentido diametralmente contrário, ao afirmar que os danos são de pequena monta, e não comprometem a estabilidade das construções. Portanto, considerando que a cláusula 3ª do contrato de seguro não prevê a cobertura securitária para a ocorrência de avarias de pequena monta, e que, por outro lado, não restou comprovado o risco de desmoronamento dos imóveis, não há mesmo como acolher a pretensão indenizatória formulada, pelo que mantenho incólume a sentença.

Com efeito, tendo o Colegiado estadual registrado que o risco não estava coberto pela apólice, destaco que a alteração dessas premissas firmadas pela Corte estadual esbarraria nas vedações de análise de cláusulas contratuais e de reexame do conjunto fático-probatório por esta via do recurso especial, em virtude dos óbices contidos nas Súmulas n. 5 e 7 desta Corte.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE COBERTURA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "Esta Corte pacificou o entendimento de que, nos contratos de seguro habitacional obrigatório no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, as seguradoras são responsáveis pelos vícios decorrentes da construção, desde que tal responsabilidade esteja prevista na apólice" (AgInt no REsp n. 1.603.731/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe de 18/10/2016).

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem

revisão de cláusulas contratuais e revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem examinou a prova dos autos, bem como as cláusulas contratuais, para concluir que o contrato de seguro não compreendia cobertura específica, correspondente aos vícios apontados pelos autores da ação. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1215427/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/6/2018, DJe 19/6/2018.)

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ADMISSIBILIDADE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284/STF. RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA PELOS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO NO IMÓVEL FINANCIADO. AUSÊNCIA DE COBERTURA SECURITÁRIA. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ.

1. Atrai a incidência do óbice previsto na Súmula n. 284/STF a alegação de que o art. 535 do CPC foi violado desacompanhada de argumento que demonstre efetivamente em que ponto o acórdão embargado permaneceu omissivo, contraditório ou obscuro.

2. Incide o óbice previsto na Súmula n. 284 do STF na hipótese em que a deficiência da fundamentação do recurso não permite a exata compreensão da controvérsia.

3. Nos contratos de seguro habitacional obrigatório no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, as seguradoras são responsáveis pelos vícios decorrentes da construção, desde que tal responsabilidade esteja prevista na apólice.

4. Concluir que a apólice contratada prevê a responsabilidade pelos prejuízos decorrentes da construção demanda a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos atos, o que é vedado em recurso especial, nos termos das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1305102/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/2/2016, DJe 19/2/2016.)

Superior Tribunal de Justiça

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensa a exigibilidade em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora